



## **A REVISÃO CURRICULAR E AS DIRETRIZES CURRICULARES: desafios do Curso Serviço Social da UFMA frente à racionalidade neoliberal**

Cristiana Costa Lima<sup>1</sup>

Lívia Vitória Silva Ferreira<sup>2</sup>

Maryana Carvalho Melo do Prado<sup>3</sup>

Zaira Sabry Azar<sup>4</sup>

### **RESUMO:**

O artigo analisa o processo de revisão curricular do curso de Serviço Social da UFMA, à luz das transformações educacionais impulsionadas pela reforma da LDB de 1996 e pelas diretrizes da ABEPSS. Busca-se apreender como os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão foram incorporados ao projeto pedagógico do curso, especialmente diante das contradições impostas pela ofensiva neoliberal no ensino superior. A metodologia adotada combina análise documental do projeto pedagógico com revisão bibliográfica, considerando produções acadêmicas e normativas institucionais que orientaram o debate curricular. Os resultados indicam que o curso buscou afirmar uma perspectiva crítica e renovadora, alinhada à tradição da formação profissional comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Destaca-se que, apesar das pressões gerenciais e mercadológicas, a UFMA construiu um currículo orientado pela totalidade social e pela mediação da questão social, reafirmando o projeto ético-político do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Diretrizes Curriculares, neoliberalismo, UFMA.

### **ABSTRACT:**

This article analyzes the process of curricular review of the Social Work course at UFMA, in light of the educational transformations driven by the 1996 LDB reform and the ABEPSS guidelines. The article seeks to understand how the theoretical-methodological and ethical-political foundations of the profession were incorporated into the pedagogical project of the course, especially in view of the contradictions imposed by the neoliberal offensive in higher education. The methodology adopted combines documentary analysis of the pedagogical project with a bibliographic review, considering academic

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social (DESES) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. [Cristiana.lima@ufma.br](mailto:Cristiana.lima@ufma.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).  
[Ferreira.livia@discente.ufma.br](mailto:Ferreira.livia@discente.ufma.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).  
[Maryana.prado@discente.ufma.br](mailto:Maryana.prado@discente.ufma.br)

<sup>4</sup> Docente do Departamento de Serviço Social (DESES) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. [Zaira.sabry@ufma.br](mailto:Zaira.sabry@ufma.br)



productions and institutional regulations that guided the curricular debate. The results indicate that the course sought to affirm a critical and innovative perspective, aligned with the tradition of professional training committed to the interests of the working class. It is noteworthy that, despite managerial and market pressures, UFMA built a curriculum oriented by the social totality and the mediation of the social issue, reaffirming the ethical-political project of Social Work.

**Keywords:** Social Work, Curricular Guidelines. Neoliberalism, UFMA.

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social constitui uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, o que significa que sofre as influências das determinações do capital enquanto profissão no Brasil, tem sua gênese situada no contexto do capitalismo monopolista, tendo sido instituída para atender às demandas impostas pela dinâmica do processo urbano industrial. Reflete, portanto, as conjunturas sociais, econômicas e políticas de cada período histórico, com implicações diretas na formação, através da definição de seu referencial teórico-metodológico expresso na organização da matriz curricular e, conseqüentemente, no trabalho profissional.

Se no início da profissão, registra-se a forte influência de paradigmas positivistas e doutrinação religiosa que orientavam a formação e o trabalho, com a conjuntura das emergentes insurgências ao imperialismo, em especial na América Latina, das lutas que caracterizaram o país na década de 1960, e a influência da teoria social crítica marxiana e marxista, o Serviço Social passa a adotar uma perspectiva teórico-crítica que reorienta sua formação e processos pedagógicos.

Nesta perspectiva, este artigo, que resulta de pesquisas realizadas no âmbito do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), aborda elementos conjunturais políticos do ideário neoliberal no Brasil, no contexto dos anos





1990, com destaque para suas implicações para a educação superior, observando particularidades dessa dinâmica no curso em pauta.

Trata de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referência o acervo do Departamento de Serviço Social da UFMA e do Centro de Documentação e Lutas Sociais do Serviço Social (CDLUSS/UFMA), e tem como objetivo refletir acerca da influência dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão orientados pela teoria social crítica ao projeto pedagógico do curso na UFMA, considerando o contexto de ofensiva neoliberal no ensino superior.

Para a exposição dos resultados, o texto encontra-se estruturado em duas seções além desta introdução e das considerações finais. No primeiro item, são feitos apontamentos acerca do contexto político iniciado nos anos 1990, configurado pelo avanço e fortalecimento das políticas neoliberais, consolidadas nas décadas seguintes, fortemente impactadas pelas reformas de Estado, com destaque para política de educação. No segundo item, são apresentados elementos que indicam a influência da teoria social crítica marxiana e marxista na reorganização curricular do curso Serviço Social em 1996. Considera a nova lógica curricular implementada a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, porém fortemente tencionadas pelas reformas neoliberal dos anos de 1990.

## **2. PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL BRASILEIRO NOS ANOS 1990**

O cenário econômico, político e social do Estado brasileiro no século XXI é resultado das transformações estruturais ocorridas nos anos 1990, articulados aos movimentos de reforma ou reconstrução do Estado iniciados ainda nas décadas de

PROMOÇÃO



APOIO





1930, quando este já atuava como agente central do desenvolvimento econômico e social, impulsionando um período considerado de melhoria nos padrões de vida da população. No entanto, a partir dos anos 1970, a crise do petróleo, síntese da crise estrutural do capital desencadeou o colapso do Estado de Bem-Estar Social (Pereira, 1997).

Como resposta à crise e à exaustão do modelo de Estado de Bem-Estar Social, a partir dos anos 1980, ocorre uma inflexão de caráter neoconservador e neoliberal que passa a orientar as reformas do Estado em diversos países, incluindo o Brasil. Tal ofensiva, ideológica e política, não visava a eliminação do Estado, como inicialmente sugeria a retórica do “Estado mínimo”, mas sim sua reconfiguração funcional para atender às exigências da nova ordem global capitalista, pautada na mercantilização dos serviços.

No Brasil, a disseminação da ideologia neoliberal consolidou-se ao longo da década de 1990, especialmente durante os dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), sob a justificativa de promover ajustes estruturais e modernizar a gestão pública. Essa reestruturação foi sustentada por três pilares fundamentais: a desregulamentação econômica, a abertura ampla ao mercado externo e a intensificação do processo de privatizações.

A privatização, no contexto do neoliberalismo, impactou diretamente nos princípios de uma educação pública, gratuita, autônoma e de qualidade. A lógica gerencial da reforma no projeto curricular exemplifica-se por meio das alterações promovidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada durante o governo de FHC e implementada nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs). A LDB provocou mudanças significativas no planejamento do ensino superior,





ao instituir a autonomia universitária, extinguir os currículos mínimos e regulamentar o ensino à distância (Abramides; Lewgoy; Maciel, 2016).

Mais ainda, o neoliberalismo, conforme Laval (2009) promove um ataque sistemático ao ensino público, convertendo a educação em uma mercadoria sob a retórica das reformas políticas, da “modernização” e garantia de maior eficiência e qualidade. Nesse contexto, consolida-se um modelo educacional orientado pela lógica da formação do “capital humano”, no qual os conhecimentos passam a ser valorizados exclusivamente por sua rentabilidade econômica e por sua utilidade no mercado de trabalho. Assim, a educação passa a seguir a lógica da competitividade, subordinada aos imperativos de uma economia globalizada, o que representa uma inflexão profunda nos fundamentos da educação pública como direito social universal.

Assim, instaura-se uma nova ordem escolar que passa a tratar a educação como um bem essencialmente privado, no qual a lógica econômica se sobrepõe às dimensões pedagógicas, sociais e políticas. Embora Laval (2009) analise prioritariamente o contexto francês, sua crítica expressa uma tendência estrutural do capitalismo contemporâneo, marcada por uma “reforma permanente” dos sistemas educacionais em escala global. Essa nova ordem educativa mundial é fortemente influenciada por diretrizes e relatórios elaborados por organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e a Comissão Europeia, que passam a orientar as políticas educacionais nacionais segundo os princípios da competitividade, da eficiência gerencial e da adaptação ao mercado, em detrimento da concepção da educação como direito social universal, conforme já apontado.



Boschetti (2015) destaca que as tendências de mercantilização do ensino superior se intensificaram a partir dos anos 2000, com a aprovação da Declaração da Sorbonne (1998) e a formalização do Protocolo de Bolonha em 1999. Essa iniciativa europeia buscou harmonizar sistemas educacionais, padronizar diplomas e promover a mobilidade acadêmica, servindo de referência global para reformas alinhadas às exigências do mercado e à competitividade internacional.

Como ressalta Boschetti (2015, p. 643), com isso, “ficaram consagrados os princípios fundamentais [...] legibilidade e comparabilidade dos diferentes graus acadêmicos [...]; organização em três curtos ciclos de estudos [...]; estabelecimento de um sistema de créditos [...]; promoção da mobilidade [...]; cooperação europeia para ‘garantir a qualidade do ensino, formação e investigação’ e estabelecimento de sistemas comuns de avaliação.” Esses princípios refletem uma orientação neoliberal que subordina a educação às dinâmicas do capital e da competição global.

Ademais, em 2009, outros vinte países, entre eles o Brasil, foram convidados a integrar o Fórum Político de Bolonha e, em 2010, consolidaram oficialmente sua participação no Espaço Europeu de Ensino Superior (Boschetti, 2015). O Processo de Bolonha, nesse sentido, fundamenta e impulsiona o avanço de tendências conservadoras no campo da formação profissional, representando um retrocesso frente às lutas históricas por uma formação crítica, fundamentada na perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social.

Em meio a este contexto, o Serviço Social no Brasil, aprova suas Diretrizes Curriculares pela ABEPSS, em 1996, que estabelece novas bases teórico metodológicas para a formação profissional, enfatizando a perspectiva crítica para a compreensão da realidade. Sob estas novas bases, ocorre a reformulação curricular no curso de Serviço Social da UFMA, sobre o que será tratado a seguir.





### 3. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA: reflexões sobre a reformulação curricular a partir das Diretrizes Curriculares de 1996

Nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social brasileiro atingiu um patamar de maturidade profissional expresso, de forma concreta, na reforma curricular de 1979/1982, na promulgação do Código de Ética de 1986 (revisto em 1993) e na regulamentação da profissão pela Lei n.º 8.662/1993. Esses marcos resultaram da adoção da teoria social crítica de Marx como matriz teórico-metodológica hegemônica da categoria, conforme síntese apresentada por Iamamoto (1982), que vinculou o trabalho do(a) assistente social aos processos de organização e reprodução das relações sociais capitalistas.

Tal perspectiva inaugurou um período de intensificação da produção de conhecimento na área e uma efervescência editorial fortemente orientada por Marx e autores da tradição marxista, como Antonio Gramsci, György Lukács e Henri Lefebvre (Yazbek, 2009). Pontes (2023, p. 95) ressalta que essa conjuntura tornou “[...] mais exigente tanto o ensino e a pesquisa na profissão, quanto o exercício profissional organização política da categoria e sua atuação no movimento sindical (Abramides, 2016), delineando nova direção social da profissão, ocorrida com o rompimento com o conservadorismo na prática socioinstitucional”. A apropriação consistente do marxismo também fortaleceu a e ancorada no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Os anos 1990, como já apontado, foi marcado pela reestruturação produtiva e pela reforma do Estado, transformando profundamente os processos de produção e reprodução da vida social, redimensionando também as fronteiras entre público e



privado e, consequentemente, as demandas profissionais. O trabalho do(a) assistente social foi diretamente afetado pelas alterações na divisão sócio técnica do trabalho em escala global (ABEPSS, 1996).

É nesse contexto que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aprovou, em 1996, as Diretrizes Curriculares (DCs) do curso de Serviço Social, expressando o processo de maturação iniciado na década anterior, com debates intensos no interior da categoria, a partir de seus espaços acadêmico-científicos e político-organizativos (Lewgoy; Maciel, 2016). A nova concepção formativa, fundamentada na centralidade do trabalho na constituição do ser social, situava o ensino-aprendizagem em diálogo direto com a dinâmica da vida social, direcionando a inserção profissional na realidade sócio institucional (ABEPSS, 1996).

Consequentemente, o processo de trabalho do(a) assistente social deveria ser compreendido a partir de um debate teórico-metodológico que revisitasse criticamente o ideário profissional, valorizando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. Assim, as Diretrizes defendiam a construção permanente de conteúdos teórico-ético-político-culturais articulados de forma dinâmica e flexível, assegurando qualidade à formação profissional (ABEPSS, 1996).

Inspirada pelas reflexões da década de 1980, a agenda dos anos 1990 propôs um projeto acadêmico-profissional atento aos impactos das transformações sociais recentes, especialmente a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal no Brasil, que intensificaram a questão social. Essas mudanças geraram novas demandas para o Serviço Social, exigindo respostas às transformações nas relações entre capital e trabalho, às reformas do Estado e às formas de organização da classe trabalhadora - o que provocou reflexos diretos no perfil profissional exigido e no mercado de trabalho





da categoria, evidenciando que o processo de trabalho do assistente social é profundamente condicionado pelas determinações estruturais e conjunturais da questão social, bem como pelas formas históricas através das quais essa questão se manifesta e é enfrentada.

Tais pressupostos redefiniram os marcos de análise da profissão, ao situá-la em uma perspectiva que busca apreender a totalidade social e, com isso, apontaram para a necessidade de uma formação crítica, capaz de proporcionar aos futuros profissionais instrumentos teórico-práticos que os habilitassem a construir mediações qualificadas no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Daí a necessidade de reformular o currículo de Serviço Social no Brasil.

Na segunda metade dos anos 1990, em contexto marcado pela promulgação da LDB 9.394/1996 e pela expansão das tendências neoliberais na Educação Superior, a UFMA iniciou uma profunda reforma curricular em seus cursos, incluindo o de Serviço Social. Torreão (2024) aponta que essa reforma, no âmbito do curso, se deu impulsionada por dois vetores tensionados: a adequação à legislação que reforçava a autonomia universitária, extinguiu os currículos mínimos e estimulava a introdução de ensino à distância, assim como a pressão por um perfil profissional centrado em competências - flexível, adaptável e orientado às demandas do mercado; e, por outro, o debate no âmbito do Departamento de Serviço Social em consolidar uma perspectiva crítica da formação profissional pautada na emancipação humana.

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CONSEPE) por meio da Resolução n.º 472, de 28 de junho de 2006, o novo currículo foi organizado em torno de dez eixos temáticos que articulavam a historicidade da questão social às mediações pelas quais ela se expressa, contemplando, entre outros, os seguintes campos: fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social;



processos interventivos e de pesquisa; formação profissional e organização dos(as) assistentes sociais; movimentos sociais e direitos; pobreza; relações Estado-sociedade civil; diversidade e desigualdades; instituições sociais; mundialização e especificidade latino-americana; trabalho e sindicalismo; cultura e subjetividade.

A análise dos princípios da formação profissional que orientam o projeto pedagógico do curso da UFMA revela sua adesão majoritária aos fundamentos estabelecidos pela proposta da ABEPSS de 1996. Essa orientação expressa uma perspectiva renovadora assumida pelo curso, tanto em sua concepção de educação, quanto de formação profissional e de universidade.

O Curso de Serviço Social da UFMA organizou revisão curricular, envolvendo docentes, estudantes, supervisores de estágio e representantes do CRESS/MA, que culminou em uma proposta síntese, cuja lógica se sustenta no tripé dos núcleos de fundamentação traduzidos na proposta das Diretrizes Curriculares/1996, também incorporados no documento elaborado pelo MEC, sendo eles Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e Fundamentos do Trabalho Profissional. As dimensões histórica, teórica e metodológica passaram a ser abordadas de forma indissociável e complementar, recolocando a questão social e o trabalho no centro do debate.

Esses núcleos primaram pelo nexo da indissociabilidade dos conhecimentos, contrapondo-se à perspectiva fragmentária de conteúdo de um currículo formado apenas por disciplinas dispersas e sem unidade, o que culminou na implementação de novas disciplinas tornando a matriz curricular mais dinâmica, o que se destacam disciplinas, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares, além das





atividades de estágio supervisionado com 720 horas e o trabalho de conclusão de curso, conforme apontado no Projeto Político Pedagógico do Curso.

No PPC do curso também é possível observar a busca por um perfil profissional capaz de inserir-se criticamente no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. A revisão curricular deste curso, portanto, realizada no contexto do avanço do ideário neoliberal, evidenciou sua articulação e sintonia com os debates teórico políticos realizados pela categoria em âmbito nacional e, a despeito dos processos de mercantilização e precarização da educação impostos pelo neoliberalismo, conseguiu garantir sua legislação pelos órgãos superiores da UFMA, assim como sua implementação até nova revisão e aprovação de novo currículo em 2016.

#### 4. Considerações Finais

O Serviço Social insere-se de maneira direta na nova dinâmica do ensino superior brasileiro, vivenciando tensionamentos que colocam em xeque sua tradição crítica e seu compromisso histórico com a emancipação humana. A flexibilização curricular, o desfinanciamento das universidades públicas e a expansão acelerada do setor privado constituem ameaças concretas à formação profissional em Serviço Social, cuja base ética e teórica se opõe à precarização das políticas públicas e à naturalização das desigualdades sociais. Assim como outras áreas do conhecimento, a formação acadêmica em Serviço Social sofre os impactos profundos do avanço do projeto neoliberal, entendido como uma proposta político-ideológica de reorganização da sociabilidade conforme os interesses do capital. É nesse contexto se insere o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.



Essa revisão foi organizada em três eixos: as determinações político-estruturais decorrentes de reformas conservadoras implementadas pelos governos desde a década de 1990; os impactos dessas medidas sobre a educação superior, com a intensificação da mercantilização do ensino; e a necessidade de construir estratégias de enfrentamento, reafirmando o compromisso com uma educação emancipadora, fundamentada em opção ética, política, teórica e metodológica. Tal projeto, orientado pela direção social abraçada pelo Curso desde 1982, permaneceu alinhado às lutas dos setores populares, atualizando conteúdos programáticos e práticas pedagógicas com vistas a avançar na formação profissional crítica e comprometida.

Dessa forma, a revisão curricular implementada pelo CSS/UFMA expressa uma resposta teórico-política às transformações societárias que impactam diretamente o trabalho profissional da/o assistente social. Ao reafirmar os fundamentos históricos, ético-políticos e teórico-metodológicos da profissão, essa proposta formativa busca resistir às tendências tecnicistas e gerenciais impostas pelas reformas neoliberais. Trata-se, portanto, de uma concepção de formação comprometida com a leitura crítica da realidade, orientada pela totalidade social e voltada à construção de mediações qualificadas no enfrentamento da questão social. Nessa direção, consolida-se o compromisso com uma prática profissional que não se reduz à adaptação às demandas do mercado, mas que se orienta pela emancipação e pela defesa da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

### PROMOÇÃO



### APOIO







ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.** 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serviço Social e Sociedade, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, 2015. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/22645>. Acesso em: 06 de junho de 2025.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de. **O Serviço Social e a questão social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luis”, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA.** 2007. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA)

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm). Acesso em 04 de junho de 2025

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa.** 2ª ed. São Paulo. Boitempo. 2019

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016.** Temporalis, v. 16, n. 32, 2016.

LOPES, Josefa Batista. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro.** In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.) **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Brasília. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997 (Cadernos MARE). Disponível em <https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em 03 de junho de 2025

SILVA E SILVA. Maria Ozanira. **Formação Profissional do Assistente Social.** Ed. Cortez. São Paulo. 1984.

# XII JOINPP Jornada Internacional Políticas Públicas

16 A 19  
SET/2025

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

imperialismo, colonialismo,  
racismo e guerras:  
Balanço e perspectivas  
emancipatórias

100  
ANOS  
SERVIÇO SOCIAL  
NA AMÉRICA LATINA



SILVA, Maria Ozanira da Silva e PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno GUILHON, Maria Virgínia Moreira. SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro.** Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/156>. Publicado em: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 95, ano XXIX, especial, 2008, São Paulo: Cortez editora. Acesso em 10 de jan. de 2023.

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Formação profissional em Serviço Social sob as reforma neoliberais da educação superior no Brasil: tendências entre a formação por competência e a formação humano-genérica.** Tese de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Políticas (PPGPP/UFMA). São Luís, 2024.

## PROMOÇÃO



## APOIO

